



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.190-A, DE 2003

(Da Sra. Angela Guadagnin)

Institui o "Dia do Fisioterapeuta", a ser comemorado no dia 13 de outubro; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação (relator: DEP. HUMBERO MICHILES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Educação e Cultura:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituído o dia 13 de outubro como o “Dia do Fisioterapeuta”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O profissional da fisioterapia, que já tem a profissão regulamentada pela Decreto-lei nº 938, de 13 de outubro 1969, faz parte do sistema de saúde, com trabalho integrado nas equipes de atendimento médico, onde desempenham papel relevante na reabilitação motora, neurológica e respiratória de pacientes acometidos de traumatismos e de diversas patologias. Apesar deste fato, o fisioterapeuta não tem um dia dedicado às comemorações, como por exemplo, o médico, que tem o dia 19 de outubro como o seu dia.

O presente Projeto de Lei tem um significado especial para os profissionais que atuam na recuperação e reabilitação de pacientes, que devem ser, a exemplo de outras categorias profissionais, homenageados com um dia de comemorações. A escolha do dia 13 de outubro como o “Dia do Fisioterapeuta”, deu-se por causa da data de assinatura do Decreto-lei que reconhece a profissão.

Por estas razões, considerando o alcance social desta matéria no sentido de valorizar ainda mais o profissional, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação de nossa proposta.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2003

ANGELA GUADAGNIN
Deputada Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

DECRETO-LEI Nº 938, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 1º É assegurado o exercício das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, observado o disposto no presente Decreto-lei.

Art 2º O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, diplomados por escolas e cursos reconhecidos, são profissionais de nível superior.

Art 3º É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do cliente.

Art 4º É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacional com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.

Art 5º Os profissionais de que tratam os artigos 3º e 4º poderão, ainda, no campo de atividades específica de cada um:

I - Dirigir serviços em órgãos e estabelecimentos públicos ou particulares, ou assessorá-los tecnicamente;

II - Exercer o magistério nas disciplinas de formação básica ou profissional, de nível superior ou médio;

III - supervisionar profissionais e alunos em trabalhos técnicos e práticos.

Art 6º Os profissionais de que trata o presente Decreto-lei, diplomados por escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem, poderão revalidar seus diplomas.

Art 7º Os diplomas conferidos pelas escolas ou cursos a que se refere o artigo 2º deverão ser registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art 8º Os portadores de diplomas expedidos até data da publicação do presente Decreto-lei, por escolas ou cursos reconhecidos, terão seus direitos assegurados, desde que requeiram, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o respectivo registro observando quando fôr o caso, o disposto no final do art. 6º.

Art 9º É assegurado, a qualquer entidade pública ou privada que mantenha cursos de fisioterapia ou de terapia ocupacional, o direito de requerer seu reconhecimento, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art 10. Todos aqueles que, até a data da publicação no presente Decreto lei exerçam sem habilitação profissional, em serviço público atividade de que cogita o artigo 1º serão mantidos nos níveis funcionais que ocupam e poderão ter as denominações de auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional, se obtiverem certificado em exame de suficiência.

§ 1º O disposto no artigo é extensivo, no que couber, aos que, em idênticas condições e sob qualquer vínculo empregatício, exerçam suas atividades em hospitais e clínicas particulares.

§ 2º Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura promoverá realização, junto às instituições universitárias competentes, dos exame de suficiência a que se refere este artigo.

Art 11. Ao órgão competente do Ministério da Saúde caberá fiscaliza em todo o território nacional, diretamente ou através das repartições sanitárias congêneres dos Estados, Distrito Federal e Territórios, o exercício das profissões de que trata o presente Decreto-lei.

Art 12. O Grupo da Confederação Nacional da Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1 de maio de 1943, é acrescido das categorias profissionais de fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, auxiliar de fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional.

Art 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Tarso Dutra

Leonel Miranda

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da nobre Deputada Angela Guadagnin, visa a instituir a data anual de 13 de outubro como o Dia do Fisioterapeuta, em homenagem à data de assinatura do decreto-lei que regulamenta a profissão.

Cabe, nos termos do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Educação e Cultura (CEC) examinar a matéria quanto ao mérito educacional e cultural.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto, ao propor a instituição do Dia do Fisioterapeuta, cumpre o papel de reconhecer o mérito dessa categoria de profissionais da saúde, que atua de forma integrada ao trabalho dos médicos em hospitais, clínicas e centros de reabilitação.

A fisioterapia é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas.

O fisioterapeuta é o profissional de fisioterapia, com formação acadêmica superior, habilitado à construção do diagnóstico de tais distúrbios cinéticos funcionais, à prescrição das condutas fisioterapêuticas, à sua ordenação e indução no paciente bem como, ao acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e das condições necessárias para que o paciente receba alta.

A importância da atuação do profissional de fisioterapia pode extrapolar o âmbito clínico e estender-se a programas

institucionais de saúde coletiva, à manutenção da saúde no trabalho, à pesquisa e docência, à indústria de equipamentos de uso fisioterapêutico e, ainda, ao desporto profissional, não-profissional e de alto rendimento.

A escolha da data para a homenagem aos fisioterapeutas não poderia ser mais adequada. Em 13 de outubro de 1969, a fisioterapia, como atividade de saúde, foi regulamentada pelo Decreto-Lei 938/69, que “provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências”. Foi por meio desse instrumento legal, que passou a ser reconhecida, oficialmente, a atividade exercida pelos profissionais de fisioterapia.

É justo que se reconheça o valor do fisioterapeuta, pelo inquestionável mérito do seu trabalho, por sua colaboração para a melhoria das condições gerais de saúde do País e pela contribuição a cada ser humano recuperado e reabilitado por suas mãos.

Dessa forma, diante do exposto, voto pela aprovação do PL 2.190, de 2003.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 2004.

Deputado Humberto Michiles
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.190/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Humberto Michiles.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Carlos Abicalil - Presidente, Celcita Pinheiro, Chico Alencar, Iara Bernardi, Ivan Valente, José Ivo Sartori, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Osvaldo Biolchi, Colombo, Eduardo Barbosa, Luiz Bittencourt, Murilo Zauith, Promotor Afonso Gil, Rafael Guerra e Sérgio Miranda.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2004.

Deputado CARLOS ABICALIL
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
